



Índice

- 01** [PF faz operação em três Estados contra invasores de terras indígenas](#)
- 02** [‘Conversações Afirmativas’ debate Memória e Patrimônio dos Povos Indígenas](#)
- 03** [Leilão para ajudar índios atikums a adquirirem terra será na próxima semana](#)
- 04** [Semana dos Povos Indígenas abre inscrições](#)
- 05** [Candidato a deputado federal, Pedro Alcântara recebe apoio da comunidade indígena](#)
- 06** [UFGD inaugura na segunda-feira prédio de Faculdade voltada a indígenas e comunidades do campo](#)
- 07** [Formação universitária é nova meta do movimento indígena brasileiro](#)
- 08** [Projeto que capacitará professores indígenas é lançado na ALMS](#)
- 09** [Nova Laranjeiras - Horta comunitária na reserva Indígena Rio das Cobras](#)
- 10** [De volta à Amazônia, Céline Cousteau produz documentário sobre a saúde de índios do Vale do Javari](#)
- 11** [AM – Encontro reúne povos indígenas em busca de reconhecimento étnico e territorial](#)
- 12** [Estrutura da Assistência Social em Dourados impressiona consultora do MDS](#)
- 13** [Incrá incluirá territórios quilombolas no Cadastro Ambiental Rural](#)



- 14 Líder quilombola é tratado de leishmaniose no HC
- 15 Bolsa Família realiza mutirão para a população indígena de Ilhéus
- 16 Consequências das enchentes motivam ribeirinhos a procurar Justiça Rápida em São Carlos
- 17 Conferência Nacional de Política Indigenista é tema de debate
- 18 A elevação do nível do mar ameaça 30.000 indígenas no Panamá
- 19 Em protesto, índios se apropriam de ambulâncias em Marabá, no Pará
- 20 Projeto piloto leva 24 fossas sépticas a ribeirinhos de Rodrigues Alves
- 21 Comunidades quilombolas no PI colhem alimentos em plena seca
- 22 MP tenta acordar com índios ida para Chácara São Miguel em Londrina
- 23 Bayeux: moradores ribeirinhos temem queda de casas; famílias esperam ajuda da prefeitura
- 24 Projeto de habitação para os quilombolas será implantado
- 25 Inscrições abertas para a formação de agentes de educação ambiental na agricultura familiar
- 26 Livro destaca trajetória de luta dos índios xavantes na retomada de seu território
- 27 Comissão aprova avaliação para estudantes indígenas
- 28 Índios Guajajaras pedem melhorias para a educação
- 29 Quinta com Arte surpreende com apresentações indígenas
- 30 População Indígena de Farroupilha será beneficiada com recursos para a saúde



PF faz operação em três Estados contra invasores de terras indígenas

SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 07.08.2014

A Polícia Federal cumpre nesta quinta-feira (7) cinco mandados de prisão em três Estados contra pessoas apontadas pelo MPF (Ministério Público Federal) como integrantes de uma "organização criminosa" envolvida com invasões à terra indígena Marãiwatsédé, em Mato Grosso.

Segundo a Procuradoria, além das prisões, a Justiça Federal expediu oito mandados de condução coercitiva (quando o suspeito é obrigado a depor na delegacia) e 17 de busca e apreensão. A operação foi deflagrada em nove municípios de Mato Grosso, Goiás e São Paulo. Os nomes dos alvos dos mandados não foram divulgados.

O MPF afirma que investigações apontaram a existência de uma quadrilha que fomenta invasões a um território de 165,2 mil hectares homologado em 1998 para a etnia xavante, que havia sido retirada da área na década de 1960.

Após a demarcação das terras, a Justiça Federal determinou, em julho de 2012, a retirada de todos os não indígenas do local. O processo foi concluído em janeiro de 2013 pela Funai (Fundação Nacional do Índio) com apoio da Força Nacional de Segurança Pública, mas desde então ocorreram três novas invasões.

Segundo a investigação, a quadrilha cooptava pessoas para participarem das ocupações, transportando famílias de outras localidades com todos os seus pertences, em ônibus e caminhões, para o interior da terra indígena. Elas receberiam lonas para acampamento, alimentação e promessas de lotes.

O MPF afirma que o grupo utilizava essas famílias para defender interesses de políticos e grandes produtores rurais com fazendas nos limites de Marãiwatsédé.



Boletim de Notícias - Edição nº 138 / 2014

Brasília, 08 de agosto de 2014.

'Conversações Afirmativas' debate Memória e Patrimônio dos Povos Indígenas
SÍTIO UFRGS, 07.08.2014

Evento é promovido pelo Departamento de Educação e Desenvolvimento Social



Na próxima quarta-feira, dia 13, das 14 às 17 horas, será realizada roda de conversa sobre o tema "Memória e Patrimônio dos Povos Indígenas". A atividade compõe o Programa Conversações Afirmativas e ocorre na Sala 101 da Faced (Avenida Paulo Gama, 110 - Campus Centro). Voltada a estudantes indígenas, mas aberta ao público em geral, a atividade tem entrada gratuita.

Além de oportunizar mais espaço e visibilidade ao debate das questões indígenas, a roda de conversa propõe integração entre professores, orientadores e técnico-administrativos. Os servidores da Universidade podem usar o curso como horas de capacitação. Mais informações no site do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS/UFRGS) e pelo telefone 51 3308.2921.



Leilão para ajudar índios atikums a adquirirem terra será na próxima semana

SÍTIO JORNAL BRASIL, 07.08.2014

Um leilão de terras da União com o objetivo de arrecadar recursos para comprar terras para moradia de índios da etnia Atikum, ocorrerá na próxima terça-feira (12). Com o valor obtido, o objetivo é adquirir uma área o mais perto possível de onde os índios vivem atualmente, próximos a indígenas da etnia Terena, no município de Nioaque (MS).

Para viabilizar o levantamento do dinheiro, a Superintendência de Patrimônio da União (SPU), vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, cedeu uma área de 251,8 hectares (um hectare corresponde a 10 mil metros quadrados, o equivalente a um campo de futebol oficial) para ser leiloada, localizada na cidade de Caracol (MS).

A autorização para permuta entre a União e a prefeitura de Nioaque, que ficará responsável pelo leilão, foi publicada em portaria de outubro de 2013. Segundo informações da assessoria de comunicação do Planejamento, é esperada arrecadação de valor acima de R\$ 1 milhão com a transação. A prefeitura de Nioaque está incumbida de encontrar e comprar uma área para os índios. Caso o valor arrecadado seja superior ao preço da terra, o restante irá para a conta do Tesouro Nacional.

A medida deve beneficiar cerca de 100 indígenas atikums. De acordo com o Ministério do Planejamento, o leilão contribuirá para amenizar conflitos agrários na região.

Fonte: Agência Brasil



Semana dos Povos Indígenas abre inscrições

SÍTIO JORNAL DE RORAIMA, 07.08.2014

Durante três dias, o INSIKIRAN/UFRR estimula diálogo e socializa saberes na UFRR e União Operária

Estão abertas até o dia 25 de agosto, as inscrições para a Semana dos Povos Indígenas da Universidade Federal de Roraima – UFRR. O evento objetiva apresentar o pensamento e a produção artística, científica e cultural dos indígenas. A programação será gratuita e ocorrerá entre 25 a 28 de agosto, integrado aos eventos: Caxiri Literário e II Encontro de Todos os Povos.

As inscrições podem ser feitas no endereço <http://eventos.ufrr.br/splinter/evento>. A ação é promovida pelo Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena – INSIKIRAN/UFRR e pela Coordenação de Cultura – CCult/UFRR, com apoio de instituições e organizações parceiras.

De acordo com a coordenadora geral da Semana, professora Ise de Goreth, o evento envolverá ações práticas de saberes ancestrais e vivências tradicionais, feira de artesanato, culinárias, oficinas, seminários temáticos, apresentações de trabalhos científicos e culturais. “A proposta é estimular o diálogo e socializar saberes”, explicou.

O Caxiri Literário dar-se-á no dia 25 de agosto, no Malocão do INSIKIRAN/UFRR, no Campus Paricarana; a Mostra Científica e Cultural, será nos dias 26 e 27 de agosto, no INSIKIRAN.

EXPOSIÇÃO DE ARTES VISUAIS - Também faz parte da programação a exposição “Meu Vizinho Karaiwa”, que ocorrerá no período de 28 de agosto a 13 de setembro, no Espaço de Cultura e Arte ‘União Operária’/UFRR, localizado na avenida Nossa Senhora da Consolata, 565, Centro.

A visitação poderá ser feita em horário comercial e também até 21h durante a semana. Visitas no final de semana devem ser agendadas. Há disponibilidade para atender turmas de alunos para visita monitorada. O agendamento deve ser feito na direção do Espaço de Cultura e Arte ‘União Operária’/UFRR por meio do telefone (95) 3624-4181.

Programação resumida

– MINICURSOS:

Dias: 26 e 27/08/2014

Horário: 08h às 12h

Local: Salas do INSIKIRAN

– OFICINAS:

Dias: 26 e 27/08/2014



Boletim de Notícias - Edição nº 138 / 2014

Brasília, 08 de agosto de 2014.

Horário: 08h às 12h

Local: Salas do INSIKIRAN

– APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS:

Dia: 27/08/2014

Horário: 14h às 16h

Local: Malocão do INSIKIRAN

– MESA REDONDA:

Dia: 27/08/2014

Horário: 17h às 19h

Local: Malocão do INSIKIRAN

– FEIRA DE ARTESANTO E CULINÁRIA TÍPICA:

Dias: 26 e 27/08/2014

Horário: 19h às 21h

Local: Malocão do INSIKIRAN

– APRESENTAÇÃO CULTURAL

Dias: 26 e 27/08/2014

Horário: 19h às 21h

Local: Malocão do INSIKIRAN

II Encontro de Todos os Povos

Evento: A Arte Indígena Contemporânea – MESA REDONDA – participação de artistas e artesãos, mestres e mestras dos saberes indígenas tradicionais, e da Profa. Maria Inês de Almeida – UFMG, apresentando resultados de projetos com a arte e literatura indígenas. Mostras de boas práticas, experiências e perspectivas. Livre para todos.

Dia 28/08/2014

Horário: 15h às 17h30

Local: Espaço de Cultura e Arte União Operária/UFRR.

Evento: Mostra de artesanato
e troca de produtos

Dia 28/08/2014

Horário: 15h às 21h

Local: Espaço de Cultura e Arte 'União Operária/UFRR.

Evento: Apresentação Cultural (música e vivência coletiva)

Dia 28/08/2014

Horário: 17h30 às 18h

Local: Espaço de Cultura e Arte 'União Operária'/UFRR.

Evento: Saberes Acentrais e



Boletim de Notícias - Edição nº 138 / 2014

Brasília, 08 de agosto de 2014.

Contemporaneidade – RODA DE CONVERSA. Aberto a todos os visitantes.

Dia 28/08/2014

Horário: 18h às 19h

Local: Espaço de Cultura e Arte 'União Operária'/UFRR.

Evento: Cerimônia de Abertura do II Encontro de todos. Degustação de damurida, apresentações culturais coletivas e visita à exposição.

Dia 28/08/2014

Horário: 18h às 21h

Local: Espaço de Cultura e Arte 'União Operária'/UFRR.



Candidato a deputado federal, Pedro Alcântara recebe apoio da comunidade indígena
SÍTIO REVISTA DO VALE, 07.08.2014

Na capital baiana desde segunda-feira (04), o candidato a deputado federal pelo PR, Dr. Pedro Alcântara se reuniu na quarta-feira (06) com mais de 40 caciques, entre eles o vereador e candidato a deputado estadual cacique Ahuan, que faz dobradinha com o deputado Pedro Alcântara e com outros deputados comprometidos com as causas indígenas. O encontro teve como objetivo realizar uma interação entre Pedro Alcântara e toda a comunidade indígena, representada pelos caciques, que vão informar às comunidades sobre as propostas apresentadas.

O cacique Flávio de Jesus, da tribo Kaimbé do Massacará, fez sua análise: "A reunião de hoje foi muito representativa, estão presentes quase todos os representantes de povos indígenas na Bahia e serviu para confirmar o trabalho que Pedro Alcântara vem fazendo a favor de nosso povo. São ações direcionadas à saúde, política e bem estar da comunidade". Ele ainda reconheceu que Pedro é um parceiro forte, e a população indígena sente-se prazerosa em apoiar sua candidatura a deputado federal.

Os caciques propuseram a Pedro Alcântara o fortalecimento da política indígena na Bahia e no Brasil, assim como um compromisso social com as comunidades. Alcântara recebeu as propostas e disse estar disponível sempre que os índios precisarem.

Estiveram presentes Emilson Pial, Chefe de Gabinete da Secretária de Desenvolvimento Social, representando o secretário Paulo César Lisboa e o governador Jacques Wagner; Jerry Matalauê, Superintendente do Departamento de Saúde Indígena do Estado da Bahia; Rosilene Tuxá, Coordenadora de Educação do Estado para a Comunidade Indígena; Euclemia Tuxá, Coordenadora de Política Indígena da Secretária de Justiça da Bahia.

Prestigiado pelos caciques e representantes do Executivo estadual responsáveis pela política indígena, Pedro Alcântara diz que sua candidatura sai mais fortalecida deste encontro: "Os caciques presentes são líderes de seu povo e seu compromisso com nossa candidatura só aumenta minha responsabilidade. Vou continuar a política de valorização dos povos indígenas em Brasília como fiz enquanto sub secretário de Desenvolvimento Social da Bahia".

As informações são da assessoria de Pedro Alcântara.



UFGD inaugura na segunda-feira prédio de Faculdade voltada a indígenas e comunidades do campo

SÍTIO FOLHA DE DOURADOS, 07.08.2014

A UFGD é uma das poucas instituições federais de ensino do Brasil e de Mato Grosso do Sul a direcionar a sua política de educação superior a comunidades indígenas e do campo. Na próxima segunda-feira, dia 11, a Universidade entrega oficialmente o prédio da Faculdade Intercultural Indígena (FAIND), a 11ª Unidade Acadêmica a ser implantada no campus.

Além da inauguração do espaço, a administração central fará o lançamento da segunda etapa de construção do prédio, dando continuidade às obras e aos projetos de consolidação da UFGD. Antes da solenidade oficial, agendada para 8h, haverá o 'batismo' do espaço pelas Etnias Guarani e Kaiowá, momento tradicional da cultura indígena.

"Temos também esse compromisso com as políticas educacionais direcionadas para a cidadania, para a justiça social, com foco nas minorias sociais e étnicas, promovendo a inclusão de pessoas na educação superior", enfatizou o reitor Damião Duque de Farias.

Implantada em maio de 2012, a FAIND surgiu de um diálogo intenso que a Universidade vem realizando com os movimentos sociais ao longo de mais de uma década em prol da defesa da dignidade dos povos indígenas e do campo.

Na FAIND já são oferecidos os cursos de Licenciatura Intercultural Indígena Teko Arandu e a Licenciatura em Educação do Campo. Também já existem duas pós-graduações, Lato Sensu em Educação Intercultural Indígena e Lato Sensu em Gestão Pedagógica para a Educação Escolar Indígena. A Faculdade também realiza pesquisas e ações de extensão junto às comunidades e povos indígenas e do campo, auxiliando a execução de políticas públicas e respeitando seu modo específico de ser, com o objetivo de construir sua autonomia sociocultural e o seu empoderamento político e econômico.



Formação universitária é nova meta do movimento indígena brasileiro

SÍTIO BOL, 07.08.2014

José Bautista e Luna Gámez
Da EFE, em Campo Grande

A primeira geração de índios universitários brasileiros, reunida nesta semana na cidade de Campo Grande no II Encontro Nacional de Estudantes Indígenas, colocou nesta quinta-feira (07) seu conhecimento acadêmico à disposição da luta pelos direitos de seus povos no Brasil.

Os quase 700 índios universitários de diferentes etnias que participaram do evento, o maior deste tipo realizado até o momento e que terminou hoje, criaram novos mecanismos e grupos de trabalho para defender seus direitos e coordenar ações em nível nacional.

"Estamos plantando uma semente. Minhas dificuldades e a do resto são as mesmas", afirmou à Agência Efe Iara, uma estudante de engenharia florestal da etnia Terena, em relação aos jovens das 305 etnias reconhecidas pelo governo brasileiro.

Nos quatro dias do encontro, os principais caciques e líderes de conselhos indígenas regionais brasileiros, assim como vários reitores, apoiaram o trabalho dos estudantes indígenas.

"Vocês são nossa esperança, a garantia futura dos direitos dos indígenas do Brasil", disse o cacique Lindomar Terena, cujo nome consta na lista de líderes ameaçados por latifundiários e que estão sob proteção do governo, para os jovens reunidos na capital do Mato Grosso do Sul, o estado que mais violência étnica registrou em 2013.

"O grande desafio é viver como somos. Nesta luta, caciques, pajés e doutores somos iguais. Nós, que fomos objeto de pesquisa durante muito tempo, agora somos os pesquisadores", acrescentou.

As principais reivindicações dos estudantes indígenas foram o direito à recuperação e a demarcação das terras tradicionais reconhecidas na Constituição de 1988, assim como a inclusão de conhecimentos tradicionais na universidade.

Eles também exigiram a melhora do acesso à saúde e à educação em suas comunidades e a realização de campanhas de comunicação que tragam uma visão alternativa sobre a discriminação e a violação de direitos sofridos pelos índios.

Representantes do Ministério da Educação, da Funai e do governo do Mato Grosso do Sul ouviram e debateram alguns dos pedidos dos estudantes dentro e fora do âmbito acadêmico.

Segundo os índios, as principais dificuldades que enfrentam ao entrar na universidade são a discriminação e a falta de recursos econômicos, assim como de assessoria.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 138 / 2014

Brasília, 08 de agosto de 2014.

"É difícil se adaptar, chegamos da aldeia com uma base educacional mais fraca e enfrentamos o preconceito de que o indígena é incapaz", explicou Carolina Vicente Terena, estudante de direito.

"O acesso dos índios à educação superior significa o empoderamento destes povos para negociar com o Estado e deixar de estarem subordinados às decisões dos não-índios sobre as lutas e reivindicações indígenas", disse Rita Gomes, da tribo Potiguara, e representante do Ministério da Educação.

Uma das propostas centrais da reunião foi a integração de conhecimentos indígenas nas universidades para realizar a "descolonização do conhecimento", segundo Eliel Benites, professor da Universidade Federal da Grande Dourados e líder do Movimento de Professores Guarani Kaiowá.

Esta proposta contou com o apoio de vários representantes indígenas de Colômbia, Equador e Peru, que compartilharam a experiência de seus países na educação superior indígena.

"É necessário um ambiente político, metodológico e pedagógico na universidade que garanta nossos direitos e que ao mesmo tempo respeite nossa identidade", defendeu Benites, para quem o enfoque individual da metodologia universitária se choca com a cultura comunitária dos povos indígenas.

Outra reivindicação dos jovens foi a renovação e melhoria das políticas públicas destinadas a estudantes indígenas, além da implementação de novas estratégias, como uma prova de acesso diferenciada e mais apoio para a permanência dos índios nas instituições de ensino superior.

Os quase um milhão de índios que vivem no Brasil, segundo o censo de 2010, foram beneficiados pelo sistema de cotas estabelecido em 2004 no governo Lula, que estabelece uma quota mínima de vagas para indígenas nas universidades públicas, e a criação de uma bolsa de estudos para os índios.

Atualmente, 15 mil índios frequentam a universidade no Brasil, informou Julio César Godoy, representante do Ministério da Educação.



Projeto que capacitará professores indígenas é lançado na ALMS

SÍTIO PROMAD, 07.08.2014

Por: Fernanda Kintschner

Foi lançado na noite desta quinta-feira (07/8), no Plenário Júlio Maia da Assembleia Legislativa, o projeto do Governo Federal Saberes Indígenas na Escola, que visa a capacitação de mais de 600 professores indígenas do Estado, que ministram aulas em aldeias.

Com o objetivo de respeitar as diferenças culturais entre as nove etnias presentes em Mato Grosso do Sul - Guarani, Kaiowá, Terena, Kadiweu, Kinikinau, Ofaié, Atikum, Kamba e Guató – o projeto do Ministério da Educação reuniu quatro universidades públicas do Estado para dar uma formação complementar aos professores e assim melhorar o ensino.

De acordo com a secretária da Secretaria Nacional de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Macaé Maria dos Santos, o foco do projeto é a alfabetização e a etnomatemática, além do fortalecimento da produção dos materiais didáticos específicos para os indígenas.

“Mais de 900 mil pessoas no país se declaram indígenas e já foram reconhecidas mais de 300 diferentes línguas, porém os dados também apontam que a criança indígena é a que menos tem acesso ao ensino. Para mudar esse quadro é preciso fortalecer a formação do professor”, ressaltou a secretária.

No Mato Grosso do Sul há 14 escolas indígenas estaduais, segundo a representante nacional. Para o deputado estadual Pedro Kemp (PT), proponente do lançamento da ação na Casa de Leis, é preciso valorizar o professor.

“Temos mais de 800 indígenas em cursos superior no Estado. Transformar as escolas indígenas em algo diferenciado se faz com formação de professores. É preciso valorizar essas iniciativas e por isso a Assembleia abriu as portas”, afirmou.

Segundo o coordenador da rede de universidades participantes do projeto, Antônio Hilário Aguilera, esta política iniciou com as línguas Terena e Guarani e a partir de agosto amplia para Kinikinau, Guató e Ofaié.

“A cada dois meses reunimos os professores para a capacitação e assim eles vão melhorando o ensino nas aldeias. O projeto é até 2015, mas com possibilidades de estender. Temos que buscar especialistas nas línguas indígenas, às vezes até de fora do Estado e também ser diferenciado nas fronteiras onde existe uma cultura de falar mais de duas línguas”, explicou o coordenador.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 138 / 2014

Brasília, 08 de agosto de 2014.

Mato Grosso do Sul tem a segunda maior população de indígenas, perde apenas para o Amazonas, segundo Hilário. Presente ao evento, o pedagogo e matemático Joaquim Adiala, da etnia Guarani, representou os professores indígenas e destacou que este projeto era uma reivindicação dos povos há muito tempo.

“É necessário ter essa formação diferenciada para as aldeias. Os professores precisam disso. O que aprendemos fora da nossa cultura não era o suficiente na alfabetização. Acredito que agora vai melhorar muito a qualidade do ensino”, disse Joaquim.

Permitida a reprodução, desde que contenha a assinatura "Portal ALMS".
Crédito obrigatório para as fotografias, no formato "Nome do fotógrafo/ALMS".

Fonte: AL Mato Grosso do Sul - <http://www.al.ms.gov.br/>



Boletim de Notícias - Edição nº 138 / 2014

Brasília, 08 de agosto de 2014.

Nova Laranjeiras - Horta comunitária na reserva Indígena Rio das Cobras

SÍTIO PORTAL CANTU, 07.08.2014

Nesta sexta, dia 08, as 14 horas, acontece na Aldeia Rio Indígena Rio das Cobras(Sede) e, as 15 horas na Comunidade do Lebre, a entrega das hortas comunitárias.

Marcio Ramos, Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, ressalta que esse trabalho só aconteceu graças a parceria da Associação de Municípios Cantuquiriguaçu, Eco Cataratas, Sebrae, Associação Indígena e principalmente da Prefeitura Municipal de Nova Laranjeiras, que cedeu seus funcionários para a confecção e conclusão das hortas.

“Agora os indígenas terão condições de desenvolver esse projeto e produzir uma alimentação mais saudável, para toda a comunidade”. Finalizou Marcio.

por Assessoria



De volta à Amazônia, Céline Cousteau produz documentário sobre a saúde de índios do Vale do Javari

SÍTIO AMAZÔNIA REAL, 07.08.2014

No início da década de 80, com nove anos de idade, Céline Cousteau esteve na Amazônia pela primeira vez, junto com o avô, o oceanógrafo e documentarista francês Jacques Cousteau (1910-1997). Já adulta e atuando como documentarista, ela retornou à região em 2006 e 2007 para acompanhar o pai, Jean-Michel Cousteau. Um dos lugares visitados na Amazônia foi a Terra Indígena Vale do Javari, no extremo sudoeste do Estado do Amazonas, fronteira com o Peru.

Ali, Céline Cousteau se deparou com uma realidade pouco conhecida para além das fronteiras do país: a alarmante situação da saúde dos povos da Terra Indígena Vale do Javari. Durante a viagem pela reserva, Céline consolidou amizades com algumas lideranças.

Sete anos depois, Céline Cousteau voltou à Terra Indígena do Vale do Javari. Atendeu o chamado de um amigo, o indígena Beto Marubo, que em 2010 escreveu uma carta à documentarista sugerindo que ela produzisse um filme sobre a situação da saúde dos povos da reserva. Na carta, Beto informou que os índios continuavam morrendo de doenças como hepatite e a assistência de saúde permanecia negligenciada pelo poder público.

Para viabilizar o projeto, a neta de Cousteau esperou quatro anos para então ter condições de desenvolver a expedição, o que foi ocorrer apenas entre os meses de maio e junho deste ano. A primeira etapa do documentário, que se chamará "Tribos no Limite" (Tribes On The Edge) encerrou-se em junho passado.

Na Terra Indígena Vale do Javari vive uma população estimada em 5.000 índios das etnias maioruna, marubo, kanamari, kulina e matis, além de grupos isolados, entre eles, os korubos e etnias ainda desconhecidas, segundo dados da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja).

O local tem uma elevada taxa de mortalidade, com altas incidência de hepatite, péssimas condições de saúde, depressão coletiva e casos de suicídio", disse Céline Cousteau em entrevista exclusiva à agência Amazônia Real.

Leia a entrevista a seguir:

Amazônia Real – Como foi a sua primeira visita ao Vale do Javari?

Céline Cousteau - Fui ao Vale do Javari em 2007 para a produção do documentário "Retorno ao Amazonas", junto com meu pai (Jean-Michel Cousteau), que voltou aos locais que meu avô Jacques Cousteau havia visitado em sua lendária expedição dos anos 80. Fomos conhecer o povo matis, recém contatados. Fomos a uma conferência dos povos indígenas na aldeia Rio

CONT.



Novo, do povo marubo. Estivemos lá junto com a Funai e outros órgãos responsáveis pelos povos indígenas. E descobrimos nesse momento que havia uma situação grave de saúde, com casos de hepatite entre os indígenas. Tuberculose e malária também foram detectados entre os indígenas. Parecia impossível que uma enfermidade que tem como prevenir fosse tão grave para os indígenas da região. E que nada estava sendo feito para ajudá-los.

AR – Qual foi a dimensão do impacto dessa visita?

Céline Cousteau – Saí de lá em 2007 sabendo que precisaria fazer alguma coisa. Em 2010 um dos líderes dos marubo (Beto Marubo) escreveu e me pediu para contar a história deles para o mundo. Tudo isso levou muito tempo para organizar, montar equipe e logística, reunir fundos para uma expedição. Conseguimos realizar a primeira expedição agora. Em maio e junho estivemos no rio Ituí, visitando o povo marubo, no rio Novo e Boa Vista, e fomos também ao rio Branco para ver os matís, que migraram do rio Ituí para este lugar ancestral dessa etnia. O documentário vai levar mais dois anos para ser concluído, mas, de qualquer forma, para mim já é um grande orgulho ser a pessoa que eles escolheram para contar suas histórias.

AR – Qual sua percepção da realidade dos indígenas do Vale do Javari?

Céline Cousteau – Eles gostariam de ter a possibilidade de escolher o seu modo de vida. Mas não é mais assim. Apesar desse dilema, por conta do contato com a civilização que conhecemos (a nossa), há fartura nas aldeias. Tem muito alimento proveniente da floresta, além da caça. Mas a vida de pessoas totalmente isoladas não é fácil. Tem muito trabalho para ser feito para manter a vida no meio da floresta. De qualquer forma é uma vida muito saudável. Não há poluição, ruídos, contaminação. É um paraíso.

AR – Quais as maiores dificuldades no cotidiano dos povos indígenas, na sua opinião?

Céline Cousteau – Da floresta também saem todos os remédios para as enfermidades conhecidas por esses povos. Agora, para as enfermidades provenientes dos povos brancos, tudo é muito mais complicado. E agora se enfrentam uma dualidade. De viver como desde sempre ou viver com o contato fora do Vale do Javari. Receber recursos dos governos. Por exemplo, eles têm que sair do Javari para receber esse dinheiro nas cidades. Esse percurso pode ser de dois a cinco dias de viagem a bordo de uma canoa com um motor de 9 hp que faz um ruído espantoso. É muito difícil, quase impossível entendermos essa situação, pois se precisamos ir ao banco ou ao médico tomamos um táxi e pronto. Mas uma pessoa doente ou até mesmo uma mulher grávida tem que se deslocar por todo esse tempo em condições muito desagradáveis. Não há conforto em um barco, tampouco equipamentos como uma maca para poder deitar-se.

AR – Como você descreveria o atendimento médico em um lugar tão remoto e com tantas dificuldades logísticas?

Céline Cousteau- Percebemos que há uma grande dificuldade de receber atendimento nesses locais, muito distantes de qualquer estrutura necessária para receber indígenas. Uma pessoa com hepatite tem que se deslocar até Atalaia do Norte (município amazonense onde está

CONT.



localizada a reserva Vale do Javari) para ser atendida. Nós mesmos levamos mais de 14 horas de barco para chegar a aldeia Rio Novo. Se acontece algo na aldeia, como uma picada de cobra, super comum na região, essa pessoa tem que ter muita sorte para não perder sua perna ou sua vida.

AR – Você poderia citar algumas dificuldades vividas pelos indígenas, além das doenças?

Céline Cousteau – São muitas dificuldades. A governança do local, por exemplo, não oferece qualquer segurança a essas tribos, que estão sendo ameaçadas por madeireiros, pescadores, caçadores. São invasores que estão ocupando um espaço que não é seu. Pertence aos povos indígenas. E os indígenas já sinalizaram que não querem esse tipo de exploração em suas terras. Os recursos que estão lá são desses povos. Mesmo assim eles estão sendo constantemente ameaçados sem que tenham o respaldo necessário dos órgãos que cuidam da situação indígena no País.

AR – Há outras ameaças?

Céline Cousteau – Outro problema são os missionários. Parece que estão entrando sem autorização. Chegou um avião missionário ao rio Ituí sem permissão da Funai, sem um convite da Univaja, os representantes dos indígenas do Vale do Javari. E isso é totalmente ilegal, não importa se é madeireiro, caçador ou representante de Deus. Se há uma lei que protege os indígenas é uma lei que vale e deve ser cumprida por todos. Outra ameaça é a atividade petrolífera. Os indígenas afirmaram que não querem que empresas petrolíferas entrem no Vale do Javari. E isso é ponto final. Eles entendem muito bem que os recursos econômicos não valem a pena pois há grande possibilidade de contaminação de suas terras e, principalmente de suas águas. Isso para os povos indígenas é vida. E não há dinheiro que possa pagar por isso.

AR – O que seu documentário vai retratar?

Céline Cousteau - Essa história que vimos no Vale do Javari não é nova. Conhecemos histórias de outros povos e em outras regiões do mundo e sabemos que a destruição de povos e ecossistemas não é boa para ninguém. No ecossistema do Vale do Javari há muitos recursos que podemos usar para a medicina e diversas outras áreas. E acredito que se explicarmos dessa forma para as pessoas, muitos vão se sensibilizar. Se cortarmos árvores não vai mais chover na Amazônia e as correntes de ar não vão levar a umidade até São Paulo e outras regiões do Brasil. Assim que o que estamos falando é importante para todos no Brasil e no mundo. E mais que isso, são pessoas que estão morrendo. E não podemos deixar isso acontecer com vidas humanas. A responsabilidade é de todos nós. E estamos mostrando essa realidade do Vale do Javari como uma proposta de prevenção a esses fatos.

AR – Como foi a expedição em cada aldeia visitada?

Céline Cousteau - Fiquei três dias em cada aldeia. É muito pouco para ter uma opinião sobre um povo e as pessoas, quem são, como se comportam entre eles. Assim, tenho uma opinião muito superficial. Cada aldeia é muito diferente uma da outra. Mesmo sendo de mesma etnia há grandes diferenças das aspirações, os projetos, seu sofrimento, entre cada uma das aldeias,

CONT.



que funcionam como uma grande família distinta uma da outra, apesar de eles mesmos se tratarem como irmãos. Mesmo os povos isolados, essas aldeias que já têm contato com o mundo daqui são responsáveis por esses povos e os defendem daquilo que não conhecem.

AR – Além dos problemas e das dificuldades, o Vale do Javari também tem beleza natural e cultural. O que mais lhe encantou ali?

Céline Cousteau – O que me encantou e a minha equipe é que o Vale do Javari é uma região única no mundo, seu povo é único. Aprendemos muito sobre nós mesmos estando lá nessa última expedição. A Unesco declarou que essa região é insubstituível em termos de biodiversidade. Também temos que saber que é o lugar do mundo com o maior número de pessoas isoladas de todo o resto. Estima-se que de 1.500 a 2.000 indígenas nunca tiveram contato com o mundo como nós conhecemos.

AR – Fale sobre o documentário. Quando ele será finalizado e quais os planos para sua exibição?

Céline Cousteau – O documentário está previsto para 2016. Acredito que os Jogos Olímpicos vão trazer uma visibilidade interessante para o Vale do Javari. Já temos um site (tribesontheedge.com) que mostra um pouco do que foi essa última expedição. Teremos uma plataforma multimídia onde serão apresentados o making off das gravações e também fotos interessantes de nossas expedições. Haverá outro website, que ainda estamos elaborando, que vai reunir informações para antropólogos, conservacionistas, médicos, imprensa, e todos os profissionais que de alguma maneira poderão contribuir e trabalhar com as questões do Vale do Javari.

AR – De que forma seu documentário vai ajudar os povos indígenas?

Céline Cousteau – Eu posso ajudar a difundir a voz dos indígenas em todo o mundo. Essa é a minha intenção. Por parte deles, segundo os relatos que tivemos nas aldeias, eles não querem ser extintos, não querem desaparecer. Querem que o mundo conheça quem são, saibam de sua existência. A minha parte é contar essa história e ser portadora dessa mensagem para o mundo. E espero que possa dar minha contribuição.

Céline Cousteau observa menino doente da aldeia Matis Tawaya no Vale do Javari (Foto: Michael Clark)



AM – Encontro reúne povos indígenas em busca de reconhecimento étnico e territorial
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.08.2014

Adital

“Socializar experiências de luta e aprofundar a compreensão sobre o direito à terra dos povos indígenas resistentes no contexto amazônico, para facilitar a articulação em torno de estratégias comuns” é o objetivo do Encontro dos Povos Indígenas Resistentes, que se realizará de 08 a 10 de agosto no Centro de Formação Xare – localizado no quilômetro 22, da rodovia BR-174 – ramal dos Padres, em Manaus, Estado do Amazonas. O Encontro tem como tema “A Luta Pela Terra” e reunirá indígenas dos Estados do Amazonas, Pará, Roraima, Mato Grosso e Acre.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) salienta que os povos denominados resistentes são aqueles em luta pelo reconhecimento étnico e territorial. Alguns dos quais eram considerados extintos, como os Sapará, de Roraima, e os Maraguá, do Amazonas – que habitam a região localizada nas margens do rio Abacaxis, no município de Nova Olinda do Norte. Em vários municípios do Amazonas, um grande número de comunidades não assumia a identidade indígena, mas era parte de povos conhecidos. Ao longo de muitos anos, a negação da identidade foi uma estratégia de sobrevivência em razão de massacres e do preconceito contra as populações indígenas.

Este é o terceiro encontro reunindo povos resistentes de diversas regiões do Brasil. O primeiro aconteceu em maio de 2003, com participação de mais de 90 lideranças indígenas de 47 povos, na cidade de Olinda (Pernambuco). O segundo aconteceu em agosto de 2013, em Alter do Chão, município de Santarém (Pará).

No primeiro evento, os participantes acentuaram que “a nossa presença vem sendo reafirmada a cada dia, principalmente por nossa capacidade de resistir a toda sorte de agressões e massacres impostos pelo Estado brasileiro ao longo de mais de 500 anos”, conforme trecho do documento final divulgado na ocasião. Os participantes também evocaram os termos da Convenção 169 para assegurar o direito à identidade.

No Encontro de agosto do ano passado, os participantes destacavam que “frequentemente, aqueles que têm a intenção de usurpar nossas terras utilizam os meios de comunicação social para dizerem que não somos indígenas e, assim, negarem nosso direito à terra. Várias de nossas lideranças estão ameaçadas de morte e a violência contra as nossas comunidades vem aumentando por causa da morosidade governamental na demarcação de nossas terras”. Tratava-se de uma alusão à ação de grupos anti-indígenas ligados ao agronegócio e aos ruralistas- protagonistas de inúmeros ataques contra os direitos indígenas nos últimos anos.

Este ano, as apresentações sobre as lutas pela garantia dos territórios e pelo reconhecimento étnico serão feitas por lideranças indígenas, indigenistas e especialistas da Universidade Federal do Amazonas.



Estrutura da Assistência Social em Dourados impressiona consultora do MDS

SÍTIO DOURADOS INFORMA, 07.08.2014

O MDS (Ministério do Desenvolvimento Social) selecionou 15 municípios brasileiros de diferentes perfis para realizar uma avaliação sobre os chamados Benefícios Eventuais, concedidos na área da Assistência Social. Uma das cidades escolhidas para a pesquisa foi Dourados.

A segunda maior cidade de Mato Grosso do Sul recebe atenção especial devido à presença de expressiva comunidade indígena. Outro fator levado em consideração é o município ser reconhecido por um manter um trabalho de estruturação contínuo na gestão da Assistência Social.

O estudo tem por objetivo elaborar um relatório contendo o cenário de todas as cidades visitadas. Este visa propor adequações e novas regulamentações para aprimorar a concessão dos Benefícios Eventuais em todo Brasil.

Como parte deste trabalho, Dourados recebeu na segunda (04) e terça-feira (05), a visita da consultora do Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) pelo MDS, Ana Lígia Gomes. Ela vai elaborar um relatório sobre as ações realizadas no município nesta área social.

A consultora visitou os Cras (Centros de Referência em Assistência Social) Cachoeirinha e Indígena; o Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) Indígena; e o novo prédio da Casa da Acolhida.

"O trabalho está bem estruturado em Dourados, eu fiquei impressionada com essa questão", afirmou Ana Lígia. Ela destacou o olhar voltado às políticas da assistência social, a presença dos serviços nas aldeias, o investimento realizado na Casa da Acolhida e a estruturação dos Cras.

"Nós vemos aqui uma equipe motivada e os Cras movimentados, com participação popular. Isso não é muito comum em outros municípios brasileiros", afirmou. Ela ainda destacou a qualidade dos equipamentos. "É claro que são necessários avanços, nenhuma política é completa. Mas, vejo aqui uma equipe empenhada, com condições de trabalho, de estrutura física, transporte, equipamentos de qualidade", destacou.

Para a secretária de Assistência Social, Ledi Ferla, que acompanhou a visita, a presença da consultora e a seleção do município para a pesquisa, são fruto do reconhecimento do trabalho desenvolvido em Dourados. "Isso mostra que estamos sendo vistos, lembrados, reconhecidos pelo trabalho desenvolvido sempre buscando qualidade, com carinho e respeito à população", afirmou.



Incra incluirá territórios quilombolas no Cadastro Ambiental Rural

SÍTIO MDA, 07.08.2014

É de responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a inclusão de territórios de povos e comunidades tradicionais no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Para isso, um Grupo de Trabalho foi instituído a fim de analisar, discutir e padronizar o processo de inscrição, dos territórios quilombolas titulados em todo o País.

Segundo o diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, Richard Torsiano, o Código Florestal trouxe ao debate ambiental os territórios quilombolas. "O trabalho agora é estruturar a metodologia e o padrão da inserção das comunidades quilombolas no CAR", explica.

A expectativa é de que essa metodologia esteja concluída até o final de setembro. A partir disso, as superintendências do Incra nos estados poderão iniciar a inclusão das comunidades quilombolas no CAR. Torsiano salienta que a inscrição das áreas quilombolas será feita por um processo simplificado, levando em consideração o território.

O Brasil tem 154 territórios quilombolas, que foram titulados entre 1995 e 2014. Eles ocupam uma área de 982 mil hectares, onde vivem 13.138 famílias.

Iniciativa pioneira

O Grupo de Trabalho que irá discutir o CAR nos territórios quilombolas é resultado de uma definição da Mesa Nacional de Regularização Fundiária Quilombola, que se reúne desde agosto de 2013 e foi institucionalizada no último dia 24 de julho. A Mesa é um espaço de discussão do processo de regularização fundiária dos territórios quilombolas entre órgãos governamentais e a sociedade civil.

De acordo com o secretário Nacional de Articulação Social da Presidência da República, Paulo Maldos, a oficialização da Mesa foi uma iniciativa pioneira que garante a participação social nas decisões governamentais. "Espaços como esse nos ajudam a construir soluções efetivas para diversos problemas. Isso nos dá uma segurança de que as decisões estão sendo discutidas, e, assim, sendo, de fato, implementadas", afirma.



Líder quilombola é tratado de leishmaniose no HC

SÍTIO ACONTECE BOTUCATU, 07.08.2014

Aos 75 anos de idade, 60 dos quais vive na comunidade remanescente do Quilombo da Fazenda Picinguaba, localizada em uma região praticamente isolada de Ubatuba-SP, José Vieira, líder local, não teria condições de tratar uma grave ferida causada pela Leishmaniose, doença que desconhecia e com qual conviveu por quatro anos.

Graças ao médico dermatologista e professor da Faculdade de Medicina de Botucatu/Unesp (FMB) Vidal Haddad Júnior – que atende uma vez por mês no posto de saúde do bairro de Picinguaba, José Vieira, mais conhecido como “Zé Pedro, recebeu tratamento no Hospital das Clínicas da FMB (HCFMB), onde permaneceu por 15 dias na Enfermaria de Dermatologia.

Pai de 14 filhos (sendo que quatro já morreram), 50 netos, 25 bisnetos e um tataraneto, Zé Pedro, neto de escravo, conta com orgulho sobre seus esforços para manter viva a cultura quilombola. Ele vive na comunidade Fazenda Picinguaba com outras 45 famílias. Todos ainda sobrevivem da pesca, do artesanato e da venda de palmito, melado, farinha de mandioca e rapadura produzidos no local.

Em breve, segundo Zé Pedro, deverá ser construído na comunidade um alambique para produção de cachaça. Apesar de não ser permitido que turistas morem em Picinguaba, vem deles parte da renda que mantém as famílias quilombolas.

Em entrevista à Assessoria de Comunicação e Imprensa da FMB/Unesp, Vieira conta que chegou a ser consultado pelo médico do posto de saúde da Vila Picinguaba, em Ubatuba, mas, devido a idade e um problema cardíaco, não pode receber as injeções que auxiliaram na recuperação de outros moradores também contaminados pela Leishmaniose.

“Difícil encontrar um hospital como esse (HCFMB) hoje em dia. Esse trabalho que o Dr. Vidal faz na nossa região é muito importante. Precisa ser incentivado. Sem saúde as pessoas não são nada. Ele é uma pessoa muito boa, muito humano. Peço a Deus que abençoe a todos que cuidaram de mim aqui em Botucatu. Descobri o caminho da felicidade, que nem pensei que tivesse mais, de tanta humanidade que vi nesse lugar. Fui muito bem cuidado, o tempo todo”, garante o líder quilombola.

O professor Vidal Haddad Júnior explica que a posição de líder comunitário de José Vieira, e seu carisma, o fizeram pensar que seria importante para sua comunidade - que é um Quilombo preservado - que ele fosse tratado com cuidado. “Os medicamentos para sua doença (Leishmaniose) são tóxicos e isso poderia trazer problemas também devido à idade. Assim, ele veio, fez o diagnóstico final da doença e retornou para a sua Casa da Farinha, no meio de um trecho da Mata Atlântica”, destaca Vidal.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 138 / 2014

Brasília, 08 de agosto de 2014.

A equipe da Dermatologia do HCFMB fará contato com o Posto de Saúde de Ubatuba para que seja possível seguir com os cuidados, mas com um tratamento alternativo menos tóxico, sob acompanhamento do professor Vidal.



Bolsa Família realiza mutirão para a população indígena de Ilhéus

SÍTIO TRIBUNA DA BAHIA, 07.08.2014

A partir deste mês de agosto, o programa Bolsa Família de Ilhéus irá realizar uma série de mutirões para a população indígena. A proposta surgiu a partir do pedido do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SDS) e já nas próximas segunda e terça-feira (dias 11 e 12), a equipe estará em Vila Santana e na quarta-feira, dia 13, as ações vão ocorrer em Sapucaeira. As atividades prosseguem até o mês de setembro, contemplado diversos distritos e povoados do município.

De acordo com a programação da SDS, no dia 18/08 o mutirão será realizado em Serra Negra e na terça-feira (19), os agentes estarão no Acúipe do Meio II, pela manhã, e no turno vespertino, no Acúipe de Cima, e no dia 20, será contemplada a comunidade de Campo de São Pedro. As atividades prosseguem no dia 21, em Tucum, no período matutino, e em Parque de Olivença, à tarde. Na sexta-feira dia 22, os agentes vão atuar no Acúipe do Meio I. As famílias de Acúipe de Baixo I e II serão atendidas nos dias 25 e 26, respectivamente; no dia 27, será a vez da população de Mamão e Cajueiro e, no dia 28, o atendimento será em Maruim.

Conforme determinação do MDS, é necessário o cadastramento de 13 diferentes grupos tradicionais e segmentos específicos como ciganos, extrativistas, pescadores artesanais, membros das comunidades de terreiro, ribeirinhos e agricultores familiares. "É preciso instruir as comunidades locais sobre os benefícios governamentais, pois essa base cadastral é fundamental para o desenvolvimento do município; e através dela conseguiremos avanços para a nossa cidade", ressalta o titular da SDS, Jamil Ocké.

Também devem ser contemplados, os assentados da reforma agrária, beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário, acampados rurais, atingidos por empreendimentos de infraestrutura, presos do sistema carcerário, catadores de material reciclável e resgatados do trabalho análogo ao de escravo.



Consequências das enchentes motivam ribeirinhos a procurar Justiça Rápida em São Carlos

SÍTIO RONDÔNIA AGORA, 07.08.2014

Dona Antônia Leal, de 81 anos, foi resgatada pouco antes de ter a casa tomada pelas águas. Ficou três meses em Porto Velho até o Rio Madeira baixar o nível e finalmente voltar para o distrito de São Carlos, local onde sempre viveu e se sente bem, como fez questão de destacar durante a conversa com a juíza coordenadora da operação Justiça Rápida Itinerante no Baixo Madeira, Sandra Silvestre. A aposentada disse que contou com a ajuda dos vizinhos para limpar sua residência pois tem muitas dificuldades de locomoção. Chegou ao barco onde ocorrem os atendimentos, apoiada num TACO DE SINUCA. No domingo, dia 3 de agosto, procurou a Justiça para atendimento médico e garantir benefícios, como a cesta básica.

“A falta de mobilidade não pode impedir que dona Antônia tenha acesso à assistência, por isso garantimos junto a DEFESA CIVIL, que ela receba o alimento distribuído aos ribeirinhos”, esclareceu a magistrada, que foi pessoalmente até a casa da pioneira para averiguar as condições. Deparou-se com todas as dificuldades estruturais, mas também com a força e determinação de uma cidadã que QUER FAZER valer os seus direitos.

Como Dona Antônia, vários outros ribeirinhos buscaram na Justiça soluções para garantir os SERVIÇOS ESSENCIAIS para o distrito mais atingido pela cheia histórica. As reclamações vão desde a cobrança de CONTAS DE ENERGIA e telefone pelas operadoras, mesmo durante a interrupção dos serviços em consequências das enchentes, até o restabelecimento do atendimento de saúde e educação.

A população limpou prédios públicos como quadra, colégio, posto de saúde, mas reclama que a contrapartida do Poder Público é lenta ou inexistente. Segundo os moradores, as aulas só começaram por iniciativa dos próprios professores, porém muitos alunos não conseguem chegar até a escola por falta de transporte escolar.

A limpeza da localidade ganhou reforço com a chegada da operação Aciso, parceria do EXÉRCITO COM a Justiça Rápida. 45 homens foram a São Carlos para os mais diversos serviços, tais como retirada de entulhos e terras, reparos e pinturas nos prédios, recreação com as crianças (oficina de desenho e música), além de ATENDIMENTO MÉDICO e odontológico, serviços já oferecido nas demais localidades visitadas pela Justiça Rápida.

“A presença do Exército foi um diferencial na operação realizada no abrigo único no parque dos Tanques, e não poderia ser diferente na Aciso realizada em São Carlos. Até a banda da 17ª Brigada compareceu e contribuiu para tornar o trabalho MAIS LEVE, diante de tanta devastação e problemas sociais no distrito”, observou Sandra Silvestre ao acompanhar o hasteamento da bandeira, realizado como ato simbólico do encerramento das atividades. Quem teve a honra de hastear pavilhão foi o menino Hércules, orgulhoso da função que recebeu.

Fonte: TJ-RO



Conferência Nacional de Política Indigenista é tema de debate

SÍTIO PORTAL BRASIL, 07.08.2014

Evento tem entre seus objetivos avaliar ação indigenista do Estado brasileiro e reafirmar garantias reconhecidas aos povos índios

A Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) realizou, nos últimos dias, sua 24ª Reunião Ordinária. O encontro aconteceu no Centro de Formação de Política Indigenista da Fundação Nacional do Índio, em Sobradinho (DF). Na pauta, a 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista, convocada no final do mês de julho. A Conferência tem entre seus objetivos avaliar a ação indigenista do Estado brasileiro, reafirmar as garantias reconhecidas aos povos indígenas no país e propor diretrizes para a construção e a consolidação da política nacional indigenista.

As discussões realizadas durante a reunião da CNPI reafirmaram que a Conferência deve ser realizada na perspectiva de afirmação da pluralidade e da sociodiversidade brasileira.

Nesta edição, representantes das unidades regionais da Funai participaram, excepcionalmente, para dialogar com a bancada indígena e indigenista da Comissão sobre a organização e realização da 1ª Conferência. Na ocasião, foi feito um resgate histórico dos direitos dos povos indígenas no país, culminando nos desafios da política indigenista na atualidade.

Na reunião também foi informado aos membros sobre o Edital Fundo Clima. O objetivo do edital, o qual está em fase de conclusão, é contribuir na implementação do Projeto de Implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas por meio da elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) em terras indígenas localizadas nos biomas caatinga e cerrado, os quais deverão atender princípios e diretrizes da PNGATI e da Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187 de 29 de dezembro de 2009).

Ainda neste mês de agosto será realizada a primeira reunião da Comissão Organizadora da Conferência Nacional, que irá definir o regimento interno, a pauta, o calendário de atividades e a Comissão Executiva. A 25ª reunião ordinária da CNPI será realizada em outubro.

1ª Conferência Nacional de Política Indigenista

A 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista será realizada em Brasília - DF em novembro de 2015, com o tema "A relação do Estado Brasileiro com os Povos Indígenas no Brasil sob o paradigma da Constituição de 1988."

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 138 / 2014

Brasília, 08 de agosto de 2014.

A realização da Conferência Nacional de Política Indigenista será coordenada pelo Ministério da Justiça e Funai, e organizada em conjunto com os representantes dos povos indígenas e com os demais órgãos e entidades governamentais e não governamentais que compõem a Comissão Nacional de Política Indigenista. A 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista será antecedida pelo Seminário de Formação e por etapas locais e regionais. O regimento interno da Conferência Nacional de Política Indigenista será elaborado pela comissão organizadora e aprovado pelo Ministro da Justiça.

Fonte:

Fundação Nacional do Índio



A elevação do nível do mar ameaça 30.000 indígenas no Panamá

SÍTIO EL PAIS, 07.08.2014

A mudança climática pode obrigar os Guna Yala, que habitam há 150 anos um arquipélago no Caribe, a se mudarem para terra firme

Para aproximadamente 1.000 indígenas panamenhos da etnia Guna Yala que vivem em Gartí Sugdup, uma das 360 ilhas de um arquipélago no nordeste do litoral do Panamá no mar do Caribe, a mudança climática deixou de ser um prognóstico científico de ameaça a longo prazo. Pela permanente elevação dos níveis do mar, os habitantes do que é uma das maiores e mais povoadas ilhas da região iniciaram uma triste, lenta e progressiva evacuação para terra firme, onde os indígenas possuem 300.000 hectares de matas sob sua administração autônoma. O risco imediato recai sobre Gartí Sugdup, ainda que a obrigação de emigrar possa estender-se aos outros 29.000 membros de uma tribo que há mais de 150 anos emigrou das matas do continente panamenho para o arquipélago.

Dos 35.000 indígenas que atualmente integram o povo Guna Yala, cerca de 30.000 vivem em meia centena de ilhas dependentes da pesca, da agricultura e do turismo, e o resto em zonas montanhosas continentais, no litoral do Caribe. As demais ilhotas de uma região situada no nordeste do Panamá com uma extensão de 3.220 quilômetros quadrados, que se prolonga pelo Caribe e é fronteira com a Colômbia, são lugares turísticos não habitados.

"Nossos povos, que por toda a vida viveram no mar, não quiseram deixar as ilhas, mas percebem um perigo iminente. É difícil dizer da noite para o dia para velhas gerações que devem abandonar seu lar", diz o dirigente indígena panamenho Atencio López, presidente do Instituto de Investigação e Desenvolvimento de Guna Yala e advogado do Congresso Geral, organização máxima administrativa e política da autonomia dessa etnia. "As ilhas estão entrando em colapso e as comunidades deverão ir para terra firme antes que ocorra tudo o que se aproxima com a mudança climática, a elevação do mar. Somos conscientes de que os primeiros efeitos aqui no Panamá serão em nossas costas", diz em uma conversa com este jornal.

"A mudança climática causa tudo isso para nós: o afundamento das ilhas, a mudança, deixar propriedades... já estamos vendo. Sabemos que isso não será de um dia para o outro. Será dolorido para muitos. São comunidades que, com muito sacrifício, levantaram suas casas nas ilhas e ali têm vivido duas ou três gerações que, de um momento para o outro, terão de ir morar de novo no campo. Isso requer apoio, inclusive psicológico. Talvez os mais jovens sofram menos", afirma.

O normal na região é que, ao longo dos séculos, desapareçam ilhas e apareçam ilhotas com bancos de areia crescentes. De novembro a abril de cada ano, ocorrem ventos alísios, a maré sobe e as comunidades ficam inundadas por uns dias. "Ultimamente isso aumentou e as

CONT.



enchentes ocorrem em épocas fora do normal. De maio a novembro ou outubro é maré baixa e os ventos são tranquilos, mas de repente nesses meses o clima se alterou, ocorrem tornados e as comunidades inundam. Pela mudança climática, nos últimos anos temos visto uma elevação anormal do mar, mais agressiva para nossas comunidades”, relata López.

Das 50 comunidades nas ilhas, somente cinco ou seis tomaram, seriamente, a decisão de mudar e anunciaram estar dispostas a ir para as densas matas de rios e montanhas. O Governo colaborará para que a mudança seja ordenada, com a preparação de infraestrutura em saúde, educação, segurança, fiação elétrica, vias e demais serviços públicos. A realidade é que, se o fenômeno marítimo se agravar, será necessário fazer o transporte de aproximadamente 30.000 pessoas. “Necessariamente teremos de voltar para nossas origens de mais de 500 anos atrás”, sentencia López.



Em protesto, índios se apropriam de ambulâncias em Marabá, no Pará

SÍTIO G1/PA, 07.08.2014

Etnias Suruí, Xicrin, Gavião e Guajajara denunciam problemas na saúde. Eles dizem que só devolverão veículos se forem atendidos pela Casai.

Índios das etnias Suruí, Xicrin, Gavião e Guajajara se apropriaram de quatro ambulâncias que fazem o atendimento das tribos em Marabá, no sudeste do Pará. Os índios liberaram os agentes e enfermeiros que estavam no interior dos veículos e tomaram posse das ambulâncias.

Os indígenas reclamam da falta de estrutura da saúde e de medicamentos nas aldeias. Segundo o cacique Elton, da tribo Xikrin, os índios afirmam que só irão liberar os veículos depois que as reivindicações forem atendidas pelo Distrito de Saúde Indígena.

O G1 entrou em contato com a Casa de Saúde Indígena (Casai) de Marabá, que disse que não irá se pronunciar sobre o assunto.



Projeto piloto leva 24 fossas sépticas a ribeirinhos de Rodrigues Alves

SÍTIO G1/AC, 07.08.2014

Sistema não produz odores nem contamina a água, diz pesquisador. Tecnologia deve trazer qualidade de vida à comunidade.

Genival Moura Do G1 AC

Ao menos 24 famílias da comunidade Paraná dos Mouras, na zona rural do município de Rodrigues Alves (AC) serão beneficiadas com um projeto piloto para a instalação de fossas sépticas biodigestora. A alternativa de baixo custo foi desenvolvida pela Embrapa Instrumentação de São Carlos (SP) visando o tratamento de esgotos domésticos.

A fossa séptica, segundo a Embrapa, é composta por três caixas d'água de fibra de vidro, interligadas entre si e ao vaso sanitário da residência. Uma mistura de água e esterco bovino é adicionada fornecendo bactérias que estimulam a biodigestão dos dejetos transformando-os em um adubo orgânico utilizado na lavoura.

"Além de proporcionar melhores condições de saúde e ganhos ambientais, a fossa séptica contribui para reduzir custos com a produção agrícola, uma vez que o produtor dispõe de adubo de qualidade a custo zero. Esse sistema não gera odores, impede a contaminação do solo e da água, além de reduzir a incidência de doenças no campo", ressalta o pesquisador Wilson Tadeu da Embrapa Instrumentação.

A implantação das fossas em Rodrigues Alves veio por meio de uma parceria entre a Embrapa, organização WWF Brasil, SOS Amazônia e HSBC Solidariedade que investiu R\$ 150 mil. Na quarta-feira (6) diversos técnicos em extensão rural participaram de uma capacitação sobre saneamento básico rural que será concluído com a parte prática nesta quinta-feira (7) com a instalação da primeira fossa séptica biodigestora.

"O mais importante desse investimento é o aprendizado que esses multiplicadores das organizações aqui representadas vão adquirir. Eles terão capacidade a partir de agora, de inscrever projetos para captar recursos a serem investidos nessa área de saneamento rural", destacou Ângelo Lima, analista de conservação do WWF Brasil.

A engenheira florestal Joice Alencar Matos, que trabalha na Secretaria de Meio Ambiente de Rodrigues Alves, ressaltou que vem acompanhando a questão de saneamento que praticamente não existe nas comunidades rurais. "Uma tecnologia desse nível é muito inovadora para nossa região pois está trazendo qualidade de vida. O sistema utilizado ainda é rudimentar fazendo com que os dejetos sejam despejados nos rios e igarapés onde os moradores se banham e até retiram água para o consumo. Isso acarreta doenças que com esse sistema podem ser evitadas", relatou a engenheira, uma das multiplicadoras do projeto em Rodrigues Alves.



Comunidades quilombolas no PI colhem alimentos em plena seca

SÍTIO CIDADE VERDE, 07.08.2014

As comunidades quilombolas Baixa da Onça e Sumidouro, no município de Queimada Nova (PI), que há anos ficaram esquecidas e à margem das políticas sociais, estão convivendo neste período de forte estiagem com uma paisagem histórica e inédita para os padrões locais. São os vários oásis que se destacam em meio à paisagem semiárida com um verde que, além de renovar as esperanças, já está gerando alimentos de qualidade em plena seca.

Nestas comunidades, onde o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), da ASA, tem menos de um ano de atuação com a construção de tecnologias sociais de captação de água das chuvas para a produção de alimentos, as famílias já festejam as primeiras colheitas. Há moradores que, além da colherem verduras para a alimentação de casa, já conseguiram uma renda extra com a venda da produção excedente.

É o caso, por exemplo, da família de Suelen Joana dos Santos, da comunidade Baixa da Onça, que foi beneficiada com uma cisterna-enchurrada do programa P1+2. A tecnologia armazenou 52 mil litros de água das últimas chuvas e é com isso que a moradora, os três filhos e o esposo conseguem manter molhados os canteiros de coentro, cebolinha, cenoura, beterraba, pimentão, tomate e batata doce, os pés de macaxeira e de mamão e os plantios de capim e de palma para a ração dos animais.

"Com a água da cisterna-enchurrada, consigo aguar os cinco canteiros. Caso fosse na época que a gente tinha só um barreiro, a água já havia secado e não seria possível produzir nada. Já colhi coentro, batata doce e tomate para o consumo; vendi uma parte e apurei uns cem reais. Antes a gente não conseguia ver um verde destes aqui. Era só sequeidão", falou Suelen. A poucos metros dos canteiros, o milho que foi plantado secou e não produziu sequer uma espiga por causa da irregularidade das chuvas.

"O verde das plantas dá gosto de ver", diz dona Maria Malene em plena época de seca. A paisagem também ganhou um novo aspecto na área de produção da família de José Raimundo dos Santos e de Maria Marlene Albertina de Assis Santos. O verde do milho, melancia, macaxeira, melão e do capim contagia os visitantes do local que fica cercado por montanhas e pela paisagem cinzenta da Caatinga.

Maria Marlene e o esposo, descendentes de escravos que viveram na comunidade Sumidouro há quase 500 anos, estão admirados com os bons resultados da barragem subterrânea, que conquistaram através do P1+2, cujas ações são realizadas em Queimada Nova pela ONG Obra Kolping do Piauí, organização do Fórum Piauiense de Convivência com o Semiárido.

"Tenho 28 anos que moro nesta comunidade e nunca imaginei que um dia ia ver aqui um benefício tão importante. O verde das plantas dá gosto a gente ver. Não está melhor porque a

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 138 / 2014

Brasília, 08 de agosto de 2014.

chuva não foi suficiente para encher a barragem, mas à vista do que era, está excelente. Os resultados são muito bons. Já colhi milho, melancia, melão e ainda estou colhendo feijão verde para o consumo em casa. Estamos felizes e confiantes que vamos produzir muito mais”, afirmou Dona Maria Marlene.

redacao@cidadeverde.com



MP tenta acordar com índios ida para Chácara São Miguel em Londrina

SÍTIO O DIÁRIO/LONDRINA, 07.08.2014

Mais de dez lideranças indígenas do norte do Paraná estiveram reunidas nessa quarta-feira (6) com a promotora de Defesa do Meio Ambiente, Solange Vicentin, e representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai). O Ministério Público tenta convencer as comunidades a aceitarem uma área na Chácara São Miguel, na zona sul de Londrina, para a construção de uma casa de passagem.

Os índios que vêm à cidade atualmente para venda de artesanato e outras demandas ficam acampados às margens da Avenida Dez de Dezembro, onde era o antigo Centro Cultural Kaingang, ao lado do Ribeirão Cambezinho. No último mês de julho, o MP recomendou à prefeitura e à Funai que retirem as pessoas do local, por se tratar de uma Área de Preservação Permanente (APP).

A promotora Solange Vicentin informou que a reunião dessa quarta-feira foi pautada na discussão com os índios da ocupação da Chácara São Miguel, terreno do município onde a Funai investiria recursos para a construção de uma casa de passagem e de um novo centro cultural. Enquanto isso, a prefeitura adaptou um barracão para receber os indígenas.

"Nós estamos tentando acertar para que todos eles possam ir até essa casa de passagem. Tem uma dissidência dos kaingang, a Aldeia Água Branca, eles ficaram de fazer uma reunião interna e vão me responder na próxima semana", contou. As aldeias de São Jerônimo da Serra e de Telêmaco Borba também vão debater o tema, pois se utilizariam da casa e não estavam presentes nessa quarta-feira.

Segundo Solange, o principal motivo de reclamação é a distância da Chácara São Miguel até o Centro da cidade. "Eles dizem que é longe, que o ônibus demora para passar, mas estamos tentando superar isso", comentou. As lideranças prometeram uma resposta ao MP até a próxima terça-feira (12), já no dia 21, uma equipe da Funai de Brasília vem a Londrina para discutir a construção.



Bayeux: moradores ribeirinhos temem queda de casas; famílias esperam ajuda da prefeitura

SÍTIO BAYEUX EM FOCO, 08.08.2014

Em um pequeno cômodo do casebre à beira da maré, na comunidade Porto do Moinho, em Bayeux, na Região Metropolitana de João Pessoa, um dos filhos de dona Maria de Lourdes, 55 anos, dorme sobre uma cama velha. A inocência da criança de sono tranquilo não enxerga o perigo à sua frente.

Uma fenda com a largura de três dedos na parede do quarto ameaça o desabamento da estrutura. Essa é a realidade de muitas famílias que vivem nas comunidades ribeirinhas do município, que é cercado por manguezais. A necessidade os faz conviver com a vulnerabilidade dos imóveis afetados por rachaduras, infiltrações e piso quebrado.

Maria de Lourdes mora com o marido e três filhos, sendo um deles um adolescente de 16 anos, que sofre de paralisia cerebral e necessita de cuidados especiais. Ela relata a difícil situação da família, que sobrevive da pesca. "Vivemos assustados por conta das condições da casa, mas não temos para onde ir e nem podemos nos afastar da maré porque é dela que tiramos o nosso sustento. Não temos como sobreviver sem a pesca", declarou.

A filha mais velha de dona Lourdes, Joyce Yara, 18 anos, mora na casa ao lado, que está com os mesmos problemas estruturais e que ainda mantém a marca da última cheia da maré, de aproximadamente um metro de altura. "A gente tenta fazer alguns reparos para evitar maiores estragos, mas não adianta. As rachaduras são constantes e a infiltração também. O piso já praticamente não existe mais. Fico triste por meu filho morar aqui, queria dar algo melhor para ele, mas não tenho condições. Eu e meu marido também dependemos da pesca, que a cada dia está mais escassa", disse.

"Essa é a realidade de todos daqui. Eu durmo com medo do teto cair na minha cabeça", acrescentou a vizinha, Elizete Ferreira, 50 anos. "Nem banheiro tem na minha casa. Isso aqui (moradia) é o que restou do pouco que eu e meu marido tínhamos. Está tudo se acabando e ninguém faz nada para nos ajudar", afirmou.

Os antigos moradores de outra casa vizinha já deixaram o local porque parte do telhado desabou e a casa está se transformando em ruínas. Em depoimento, os residentes da comunidade informaram que não querem sair do local, por conta da atividade econômica (pesca) que os sustenta, mas que gostariam de receber o apoio da prefeitura para reformar ou construir novas moradias na mesma localidade.

A população do Porto do Moinho ainda denuncia que os problemas são antigos, porém se agravam com o passar do tempo. Além disso, eles relatam que na última campanha eleitoral, candidatos visitaram a área e prometeram solucionar o descaso, mas até o momento nada foi feito para reduzir os riscos de morte de quem vive à beira da maré.

CONT.



PREFEITURAS QUEREM TRANSFERIR FAMÍLIAS

Conforme a titular da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social, Maria Cristina Mota Duarte, desde o início da gestão, a retirada dos moradores de comunidades ribeirinhas foi tratada como uma das metas prioritárias, mas a prefeitura esbarra na resistência das famílias que não querem deixar o local. "Já fizemos várias visitas e cadastros de famílias ribeirinhas, tanto do Porto do Moinho, como de outras comunidades, onde sugerimos a transferência dos mesmos para outras localidades do município, contribuindo com uma ajuda de custo para o pagamento de aluguel no valor de R\$ 150,00, já que esse é o preço estimado de alguns imóveis populares em Bayeux. O impasse é que eles sobrevivem do mangue e mesmo com o risco, não querem sair de lá", afirmou.

Ela não soube quantificar o número de famílias que vivem nessa situação.

O auxílio aluguel seria uma medida paliativa para retirar a população da área considerada de risco, uma vez que o município ainda não conta com a construção de casas do programa federal "Minha Casa. Minha Vida" para pessoas de baixa renda. "Temos uma grande área de mangue, o que dificulta a aquisição de terreno para moradias. Mas temos o projeto para a construção de 300 casas no bairro Mario Andreazza, que está em tramitação, e que até o final deste ano as obras deverão ser iniciadas. A prioridade dessas moradias será das comunidades ribeirinhas", garantiu Maria Cristina.

Bayeux em Foco com Jornal da Paraíba



Projeto de habitação para os quilombolas será implantado

SÍTIO BRASIL NOTÍCIA, 08.08.2014

O prefeito Alair Corrêa recebeu em seu gabinete, na manhã dessa terça-feira (5/8), a superintendência do Banco do Brasil e os membros da Associação dos Quilombos, para tratar um projeto de habitação para esse segmento histórico-rural de Cabo Frio.

Desenvolvido pela Secretaria de Assuntos Fundiários, o projeto consiste na construção de casas para todos os remanescentes de quilombos em Cabo Frio. As casas serão construídas em um convênio da Prefeitura com o Ministério das Cidades. O Banco do Brasil está agenciando todo o projeto. Cada beneficiado vai pagar apenas 4% do valor das casas em um período de quatro anos.

Participaram do encontro o representante nacional da Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAC), Lamiel Barreto; os diretores do Banco do Brasil; e o secretário municipal de Assuntos Fundiários, Brasilmar Santanna.

- Após cumprir todo o protocolo diretamente com os remanescentes quilombos através da Associação Quilombola Maria Romana, o resultado foi o projeto implantado para a construção de casas. Todos envolvidos no objetivo de melhorar a vida da população quilombola em Cabo Frio - afirmou Santanna.

Fonte: Prefeitura de Cabo Frio.



Inscrições abertas para a formação de agentes de educação ambiental na agricultura familiar

SÍTIO PORTAL DIA DE CAMPO, 08.08.2014

Abrangendo 14 municípios paulistas do Vale do Ribeira, a iniciativa envolverá 150 jovens e apoiará projetos e campanhas das comunidades atendidas

Fundag

Uma região com grande riqueza socioambiental, mas com muitas demandas sociais e econômicas, principalmente quando se fala na juventude. Esses são alguns dos contrastes observados no Vale do Ribeira, e, pensando nisso, o ISA estabeleceu parcerias com associações comunitárias, organizações não governamentais, Prefeituras, órgãos públicos estaduais e federais, para elaboração do projeto "Formação de agentes socioambientais de educação ambiental na agricultura familiar e implementação de projetos comunitários de educação ambiental".

O projeto atenderá jovens e mulheres, prioritariamente entre 16 e 29 anos, de comunidades tradicionais, quilombolas, caçaras, indígenas, agricultores familiares, ribeirinhos e assentados, num total de 150 pessoas.

Tem o objetivo de contribuir para a formação educacional e política de agentes locais que promovam o desenvolvimento socioambiental do Vale do Ribeira. Serão feitas capacitações em cinco módulos, abordando temas como educação ambiental, políticas públicas e gestão territorial, legislação e adequação ambiental das propriedades, biodiversidade e manejo agroecológico, e elaboração de projetos e campanhas.

Cinco turmas serão formadas, envolvendo os seguintes municípios: Apiaí, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Iporanga, Itaóca, Jacupiranga, Pariquera-Açú, Registro e Sete Barras.

Após o período de capacitação, os agentes elaborarão projetos e campanhas baseados nas demandas locais, para o desenvolvimento rural sustentável, e cinco deles terão apoio técnico e financeiro para sua implementação.

Espera-se com esta iniciativa o fortalecimento das comunidades atendidas, a formação de agentes locais motivados e críticos, a ampliação da participação da juventude nos espaços de construção de políticas públicas e a realização de projetos e campanhas que contribuam para o desenvolvimento e a valorização das comunidades rurais do Vale do Ribeira.

O primeiro módulo será realizado em 2014, e os demais acontecerão até agosto de 2015. Cada módulo terá 24 horas de atividade presencial (3 dias), além de atividades a serem feitas na comunidade de origem do aluno. As despesas com material de apoio, transporte, hospedagem



Boletim de Notícias - Edição nº 138 / 2014

Brasília, 08 de agosto de 2014.

e alimentação são por conta do ISA, e a formação é gratuita. Haverá processo seletivo, a partir de inscrições que já estão abertas.

Inscrições

Prazo para entrega das fichas inscrição: até 29 de agosto de 2014

Divulgação das lista de inscritos: a partir de 10 de setembro de 2014 (entraremos em contato com os selecionados).

Local para entrega das fichas: Escritório do ISA Eldorado em mãos ou pelo correio: Av Dr Nuno Silva Bueno, 390, Centro, CEP: 11960-00, Eldorado-SP, aos cuidados de Ivy ou Renato. A inscrição também pode ser feita pelo e-mail agentesvaledoribeira@gmail.com. A ficha de inscrição está disponível em <http://isa.to/1wrVklR>.

Telefone: (13) 3871-1697 ou 3871-1545



Livro destaca trajetória de luta dos índios xavantes na retomada de seu território
SÍTIO ADITAL, 08.08.2014

Adital

O livro "Marãiwatsédé: a trajetória Xavante na luta pela terra", escrito pelas jornalistas Dandara Moraes e Sckarleth Martins, é um relato histórico da luta dos xavantes por suas terras e uma investigação sobre a transferência ilegal da terra dos índios para atender aos interesses do negócio agropecuário, desrespeitando, por completo, o direito ancestral que os indígenas têm sobre a terra.

O livro conta, com riqueza de detalhes, desde a história do povo Xavante de Marãiwatsédé, que foi deportado de suas terras em 1966 e teve seu território tomado por latifundiários poderosos da época, até o processo de desintrusão das terras, ou seja, o processo de retirada dos não índios, ocorrido em 2012. Após intensos conflitos e brigas judiciais, os indígenas xavantes de Marãiwatsédé, que lutavam pelo retorno a seu território ancestral, conseguiram a desintrusão da Terra Indígena Marãiwatsédé. Desde então, eles tentam retomar suas vidas.

O tema do livro é fruto do trabalho das jornalistas que decidiram acompanhar, mais profundamente, o momento de desintrusão no território indígena, quando ainda estavam no processo de pesquisa do trabalho de conclusão do curso de Jornalismo.

Elas tiveram um trabalho de investigação árduo, pesquisaram textos antropológicos, buscaram estudos culturais e foram, diretamente, à aldeia dos xavantes para investigarem, de perto, a rotina deles e as problemáticas enfrentadas pela comunidade. Uma das dificuldades para a conclusão do trabalho foi a barreira da língua, pois poucos xavantes falavam bem o português. Porém, as jornalistas conquistaram a confiança dos índios e logo conseguiram uma interação cultural que permitia êxito na comunicação.

O livro traz ainda uma reflexão sobre a cultura indígena e o respeito que se deve ter à sua ancestralidade. O texto afirma que problemática da ocupação ilegal de terras por grileiros e latifundiários é algo que necessita de um novo olhar, com mais atenção às leis e permitindo uma segurança digna para os indígenas.

Para maiores informações sobre o livro acesse:

<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/noticias-2/13-geral/2181-livro-reportagem-maraiwatsede-a-trajetoria-xavante-na-luta-pela-terra-e-apresentado-em-congresso-de-jornalismo-investigativo>



Comissão aprova avaliação para estudantes indígenas

SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 08.08.2014

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados aprovou, na última quarta-feira (6), o Projeto de Lei 5954/13, que determina que os processos de avaliação educacional dos estabelecimentos de ensino e dos estudantes indígenas, na educação básica, no ensino profissionalizante e no ensino superior, respeitem as particularidades culturais das diferentes comunidades e povos.

De autoria do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), a proposta altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – Lei 9.394/96). Hoje, a LDB assegura às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e de processos próprios de aprendizagem no ensino fundamental – que tem duração de nove anos, iniciando-se aos 6 anos de idade. O texto do projeto estende a regra a toda a educação básica (dos 4 aos 17 anos de idade), e também ao ensino profissionalizante e ao ensino superior, assegurando ainda a essas comunidades processos próprios de avaliação.

O parecer do relator, deputado Jean Wyllys (Psol-RJ), foi favorável à proposta. “A iniciativa encontra pleno respaldo na legislação vigente, ampliando aos povos indígenas a garantia de utilização de suas línguas maternas e de processos próprios de ensino e de avaliação da aprendizagem em toda sua formação, da educação infantil ao ensino superior, passando pela educação profissional”, disse.

Segundo o parlamentar, a educação indígena bilíngue, ministrada preferencialmente por professores indígenas, em escolas indígenas das próprias aldeias e comunidades, possibilita que o ensino escolar preserve as particularidades socioculturais de cada etnia, fundamental para a manutenção da organização social, costumes, línguas, crenças religiosas e tradições de cada grupo.

Tramitação

Agora, a proposta, que tramita em regime de prioridade, será analisada em caráter conclusivo pelas comissões de Educação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



Índios Guajajaras pedem melhorias para a educação

SÍTIO IMIRANTE, 08.08.2014

Grupo de 70 indígenas fez manifestação na Praça Pedro II e depois se deslocou para a Secretaria de Estado da Educação.

Cerca de 70 índios Guajajaras de diversas tribos do município de Grajaú (distante aproximadamente 580 km de São Luís) realizaram na tarde de ontem manifestação na Praça Pedro II, no centro da capital maranhense, para reivindicar mais investimentos para a educação indígena.

O ato começou por volta das 16h. Pintados, os indígenas permaneceram alguns minutos na praça, onde fizeram alguns rituais típicos da cultura e que chamou a atenção das pessoas que passavam pelo local. Em seguida, os manifestantes se dirigiram para a sede da Secretaria Estadual de Educação (Seduc), no bairro Monte Castelo.

O manifesto envolveu indígenas das tribos Aldeina Nova, Terra Nova, Papagaio, Buritizal, Gameleira, Buritirana entre outras. Segundo Raimundo Guajajara, um dos líderes do movimento, os índios estão insatisfeitos com a falta de condições estruturais das escolas, a ausência de material escolar e o transporte dos alunos. Até o fechamento desta edição, os índios ainda permaneciam na secretaria.

Seduc esclarece - Por meio de nota, a Seduc informou que há um conflito interno entre lideranças das aldeias Buritirana e Gameleira, tendo em vista que apresentam declarações informando o número de alunos beneficiados sem, no entanto, apontar quem de fato é o legítimo representante das aldeias e tal divergência impossibilita a secretaria de celebrar convênios. A secretaria ressaltou ainda que está buscando apoio dos órgãos competentes para resolver a questão com maior brevidade possível.

Ocupação - Na semana passada, um grupo de cerca de 50 índios guajajaras ocupou o refeitório da Seduc, reivindicando o restabelecimento do serviço de transporte escolar das crianças indígenas de aldeias situadas nas localidades Belo Sonho e Bananal, em Grajaú. Na ocasião, eles afirmaram que desde 2013 as crianças estão sem condições de assistir aula por causa de problemas de deslocamento.

Os índios alegaram que já entregaram toda a documentação necessária para o restabelecimento do transporte escolar. Eles também reclamaram do não fornecimento de merenda escolar.

Mais

Segundo o Censo Escolar Indígena 2010, no Maranhão, são atendidos atualmente 18

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 138 / 2014

Brasília, 08 de agosto de 2014.

municípios, onde estão localizadas as aldeias indígenas, circunscritas em cinco Unidades Regionais de Educação (URE) - Barra do Corda, Açailândia, Imperatriz, Santa Inês e Zé Doca - nas quais existem Coordenações de Educação Escolar Indígena que se constituem como órgãos executores da Política de Educação Escolar Indígena no Estado. São 282 escolas para atender 13.285 alunos em 280 aldeias.

Envie informações à Redação do Jornal de O Estado por WhatsApp pelo telefone (98) 9209 2564.



Quinta com Arte surpreende com apresentações indígenas

SÍTIO TUPÃ NOTÍCIAS, 08.08.2014

A prefeitura da Estância Turística de Tupã, por meio da Secretaria da Cultura, abriu, ontem, as portas do "Quinta com Arte" para receber danças de três aldeias indígenas. Foram nove grupos de danças que fizeram suas apresentações típicas no Espaço Cultural José Anselmo Filho, Zé Pretinho. O público pode apreciar a desenvoltura dos índios da aldeia de Araibá da cidade de Avai, Icatú de Brauna e Vanuíre de Arco-Íris.

A feirArte (Feira do Artesanato) entrará na próxima semana em sua 67ª edição, um espaço cultural destinado a mostrar a cultura local, independente, se erudita, popular ou folclórica. É um projeto desenvolvido pelo Governo de Tupã, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, e tem como objetivo levar à Praça da Bandeira atividades culturais.

Nesta semana a cultura indígena entrou em evidência, no Quinta com Arte, não apenas no palco do "Zé Pretinho", mas em tentas espalhas pela Praça da Bandeira, com exposição de fotos e banners mostrando parte da história indígena na região, com grande expressão de visitantes. Houve workshop de pintura no corpo e praça de alimentação com comidas típicas, além de venda de artesanato produzido nas próprias aldeias.

Os participantes do CAMI (Centro de Apoio a Melhor Idade), de Arco-Íris, juntamente, com o pessoal do NATI animaram a feira com muita dança ao som do forró da sanfona do seu Domingos.



População Indígena de Farroupilha será beneficiada com recursos para a saúde
SÍTIO RÁDIO SOLARIS, 08.08.2014

Farroupilha, na região da Serra, será beneficiada com recursos mensais para aplicação em saúde nas comunidades indígenas. O recurso de R\$ 2.000 mil vai beneficiar 72 indígenas. Em todo o estado 52 municípios receberão de R\$ 1 mil a R\$ 4mil por mês, conforme previstos na portaria 41/2013 que define o valor de acordo com população indígena registrada.

A Secretaria Estadual da Saúde (SES/RS) divulgou nota técnica sobre a aplicação do incentivo financeiro, que será feito conforme um plano de aplicação desenvolvido pelos gestores municipais. Para a elaboração do plano, a Secretaria Estadual da Saúde (SES), está indo com uma equipe da coordenação estadual da política indígena até os municípios e se reunindo com secretários de saúde e lideranças indígenas.

Conforme a portaria, "o incentivo poderá ser gasto em despesas de custeio e investimento, qualificação - de acordo com as necessidades, demandas e carências em saúde indígena -, com deliberação pelo Conselho Municipal de Saúde".

As demandas apresentadas no plano de aplicação devem contemplar as necessidades sociais da comunidade com a perspectiva do cuidado integral, tanto de vigilância, atenção básica, secundária e terciária.

Fonte: Grupo Solaris com informações de Heloise Santi